

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE

Série Fac-Símile nº 21

A ECONOMIA MUNDIAL COMO  
PONTO DE PARTIDA \*

Pablo Rieznik

(Versão apresentada ao PNPE em julho/1985)  
Rio de Janeiro  
Outubro - 1985

O presente volume, ainda que independente, faz parte de uma série de relatórios de pesquisa inter-relacionados, a serem proximoamente reproduzidos na Série Fac-Símile (números 18 a 22, inclusive), conforme lista disposta ao final.

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Simile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE e a tiragem de cada volume é de 100 exemplares. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/IPEA por ocasião do término dos projetos.

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.

## INTRODUÇÃO

O conceito de "internacionalização do capital" nas suas diversas dimensões (produtiva, financeira, comercial) tem se tornado de uso generalizado na análise econômica. O gigantismo de firmas que operam com filiais distribuídas nos pontos mais distantes da terra, o volume crescente dos fluxos do comércio exterior que constituíram um verdadeiro "boom" nas últimas décadas e, mais recentemente, a verdadeira explosão de divisas que começou a ser transacionada sob a forma de empréstimos por um sistema financeiro expandido à escala planetária, são os elementos aos quais a "internacionalização" faz diretamente referência. Todavia, é muito comum que o termo remeta sobretudo a análises empíricas e não à necessária precisão de ordem conceitual que, em princípio, demanda.

É por esta razão, e na mesma medida em que pretendemos lidar com os fenômenos anteriormente apontados, que surge como necessária uma indagação inicial sobre o sentido mais profundo da economia mundial "internacionalizada" de nossos dias. A pretensão, porém, é propositalmente modesta, limitando-se a apontar aquelas idéias que nos parecem decisivas para explicitar qual o significado que atribuímos à questão em pauta. Na verdade, não esperamos senão estabelecer o ponto de partida que nos parece fundamental para as análises sobre o problema e metodologicamente imprescindível para seu correto desenvolvimento. Por isto, não há pretensão desnecessária de dizer algo novo, mas, em todo caso, de colocar os pingos sobre os "is" e de convidar ao debate de conceitos que, se não são novos, são seguramente motivo de críticas constantes e polêmicas severas. É neste aspecto que se concentram as páginas a seguir.

No primeiro capítulo introduzimos a problemática do comércio exterior

e do mercado mundial em relação à formação e evolução histórica do capitalismo, do mercado mundial como fator constitutivo do modo de produção à economia mundial constituída como resultado do seu próprio movimento de expansão. Imediatamente, o segundo capítulo tenta traçar as características fundamentais que formam a estrutura de mercado - monopolista - e o tipo social de capital - financeiro - que atinge a hegemonia neste contexto, suas diferenças qualitativas com o que podemos chamar de período inicial, de ascenso e consolidação da sociedade capitalista. Num terceiro capítulo, então, podemos definir qual é o sentido da nova etapa do capitalismo como "fase superior" do sistema, conforme a popularizada definição do imperialismo dada por Lenin. O quarto capítulo é uma breve referência sobre o caráter e a importância da divisão do mundo entre nações que, integradas num conjunto de relações articuladas, representam, contudo, estágios diferentes e particulares de avanço histórico. Por último, num capítulo final, procuramos sintetizar algumas observações básicas sobre o conteúdo da economia mundial contemporânea, as tendências e contradições que lhe dão sua fisionomia própria.

## ECONOMIA MUNDIAL (COMÉRCIO EXTERIOR) E CAPITALISMO

Na sua acepção mais genérica, o conceito de economia mundial é utilizado para caracterizar os fenômenos derivados do desenvolvimento do comércio a longa distância<sup>(1)</sup>, ou seja, as relações econômicas vinculadas ao tráfego de mercadorias entre territórios e comunidades de origem diversa e geograficamente afastadas. As primeiras manifestações significativas deste tipo de relações na economia ocidental surgem na época das Cruzadas, com o fluxo de trocas de produtos entre Oriente e Ocidente que aparecem associadas àquele acontecimento. No interior da Europa o crescimento das cidades mediterrâneas e o tráfego marítimo altamente desenvolvido no Norte pelas Ligas Hanseáticas constituíram na época o estímulo fundamental para a constituição de importantes redes comerciais. Aqui estão, por outra parte, os antecedentes do cenário da economia mundial que decorrerá dos grandes descobrimentos geográficos do século XVI e da constituição dos Impérios coloniais.

O novo continente e os gigantescos empreendimentos marítimos que então uniam o centro europeu às "Índias" Orientais e Ocidentais foram um estímulo de primeira magnitude para a definitiva transição do velho continente em direção à moderna sociedade burguesa e seu modo de produção específico - o capitalismo. Neste sentido, a economia mundial - entendida sobretudo como comércio exterior, como o sistema de trocas que abrangia distintas regiões do planeta pela via dos fluxos mercantis - precede ao capitalismo industrial e está na base de seu pleno desenvolvimento.

Na época mencionada, o comércio exterior atuou como alavanca da estruturação do capitalismo nacional nos países metropolitanos. Por isto é necessário não confundir esta fase primitiva da "economia mundial" com o período posterior de expansão do capitalismo além das fronteiras.

ras nacionais originais, período que corresponde a maturidade do próprio capital no interior das nações mais avançadas. Quais foram as características básicas desta originária economia mundial? A expansão no âmbito da circulação de mercadorias, ocorrida durante toda a etapa dos impérios coloniais que se constituem desde o final da Idade Média, se deu no contexto de um severo protecionismo e da estruturação de uma série de mercados cativos. É o momento histórico do mercantilismo, da acumulação primitiva das massas de capital-dinheiro que servirá de alicerce para o surgimento do capitalismo moderno e do mercado nacional que lhe é próprio. O sistema protecionista tinha nessa circunstância uma função histórica precisa para a formação de uma área econômica nacional: estabelecer a livre concorrência no interior da nação, concentrar as forças do capitalismo, eliminar os últimos restos do feudalismo e permitir o florescimento das primeiras indústrias, colocando barreiras à entrada da mercadoria do concorrente externo. Mas, "o protecionismo, precisamente na medida em que teve sucesso, trouxe consigo a livre-troca. Meio artificial de criar a grande indústria, o protecionismo faz com que a nação que atinge a etapa da grande indústria se torne dependente do mercado mundial"<sup>(2)</sup>. A livre-troca aparecerá então como a ideologia dominante a partir do poderio do capital industrial - inglês particularmente - estruturado para invadir o mundo com suas mercadorias e impor a supremacia das suas vantagens comparativas sem a mediação de barreiras alfandegárias ou extra-econômicas. Porém a vitória da livre-troca recolocará, desta vez numa etapa distinta da evolução do capital, o surgimento de um novo protecionismo no mercado mundial. Por enquanto, cabe enfatizar que este último é, ao mesmo tempo, efeito e causa do moderno desenvolvimento capitalista, tem um caráter "bifacético" conforme indica Marx em O capital: "a expansão do comércio exterior, embora constitua na infância da produção capitalista a sua própria base, tem se convertido, no curso da sua evolução, no seu produto, em virtude da necessidade intrínseca deste modo de produção, de sua necessidade de um merca-

do cada vez mais extenso"<sup>(3)</sup>.

Na realidade, ao longo da obra de Marx, são inúmeras suas observações sobre a relação entre o capitalismo e a economia mundial, apesar de que ele próprio se propôs a dedicar um capítulo particular ao problema quando diagramou o plano geral do seu principal trabalho, capítulo este que nunca chegou a ser escrito. Marx considerava o "estabelecimento do mercado mundial", entre os "três fatos fundamentais da produção capitalista"<sup>(4)</sup>, um dos aspectos fundamentais de sua "missão histórica" de "meio para o desenvolvimento da força produtiva material"<sup>(5)</sup>. Já no célebre "Manifesto Comunista", quando se indica o papel "eminente revolucionário" que a burguesia desempenhou na história, está incluído este destino da burguesia, que "invade todo o globo", "impelida pela necessidade de mercados sempre novos", que "necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional (...) desenvolvendo-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações (...) Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China (...) Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança".

Porém, apesar da importância que Marx deu ao mercado mundial e ao comércio exterior, suas importantes observações foram por muito tempo ignoradas ou mal compreendidas. Na sua principal obra, Henryk Grossmann<sup>(6)</sup>, logo após indicar que a economia política burguesa nada sabe dizer sobre a verdadeira função do comércio exterior no capitalismo, acrescentou que em torno desta questão "não menos triste é o nível do

conhecimento na literatura marxista até agora editada". O próprio Grossmann destaca três funções fundamentais do comércio exterior no modo de produção capitalista que vale a pena resumir. A primeira diz respeito à sua importância para o aumento da variedade de valores de uso que sustentem a constante ampliação do mercado exigida pelo capital. (A observação é interessante ademais porque reintroduz no terreno próprio da economia marxista o significado de um conceito fundamental na análise da característica contraditória do produto do capital e que, não obstante, muitos marxistas consideraram como excluído do campo da ciência econômica: o valor de uso<sup>(7)</sup>). O problema, apesar de muito pouco considerado é, na verdade, relativamente simples: o capital que descansa na produção do valor pelo valor e procura seu lucro com absoluta independência da forma material específica que tome o bem produzido, encontra nessa mesma forma, ou seja, no valor de uso da mercadoria, uma barreira que deve constantemente superar para garantir seu processo de acumulação. Isto é, a produção de valor precisa, para sua realização, cristalizar-se numa série determinada de mercadorias cuja diversidade permita não apenas satisfazer às necessidades do consumo produtivo e do consumo da população, mas ao mesmo tempo estabelecer as condições para sua expansão. A acumulação e o consumo não poderiam progredir se limitados no quadro restrito nacional "ao círculo reduzido dos valores de uso em que projeta-se o valor do trabalho. Portanto, é no comércio exterior onde se desenvolve o verdadeiro caráter da mais valia considerada como valor, ao desenvolver-se como trabalho social o trabalho contido nela; graças ao comércio exterior, o trabalho social se projeta sobre uma série infinita de distintos valores de uso dando assim realmente sentido e razão de ser à riqueza abstrata"<sup>(8)</sup>.

A segunda função do comércio exterior como ampliação dos mercados de colocação dos produtos está vinculada às vantagens próprias da economia de escala que incidem diretamente sobre os custos de produção e,



portanto, sobre a taxa de lucro. Quanto maior o tamanho da unidade produtiva, maior será a especialização, a sua capacidade de localização onde existam as condições mais favoráveis e onde a produtividade do trabalho seja maior; todos eles fatores que contribuem para a redução dos custos de produção<sup>(9)</sup>. No caso, a necessidade do comércio exterior se faz presente como uma tendência básica do capital sem que isto implique na impossibilidade de compatibilizar o valor da produção nacional com o valor do consumo global (produtivo e pessoal) como sustentaram uma série de economistas, de Malthus a Rosa Luxemburgo, no conhecido debate "sobre os mercados". Haveria que acrescentar ainda que a venda de mercadorias no exterior, na medida em que viabiliza a diminuição do custo unitário do conjunto das mercadorias vendidas, permite aumentar a diferença com relação ao preço de venda e, portanto, aumentar a massa do lucro realizado no mercado interno apesar de que a exportação de mercadorias seja efetivada ao custo de produção<sup>(10)</sup>.

Outro benefício fundamental que coloca o comércio exterior para o capital é a possibilidade da venda de mercadorias a preços superiores a seu próprio valor. Ricardo, que partia da vigência acabada da lei do valor - sem a mediação dos preços formados a partir da taxa geral de lucro (e, portanto, da transformação de valores em preços) -, ignorou esta questão, que foi explicitamente apontada por Marx. Este problema é freqüentemente considerado de um modo, por assim dizer, "passivo" como fator contrarrestante da tendência à queda da taxa de lucro e não como um recurso "ativo" dos países metropolitanos, que mais cedo atingem um desenvolvimento capitalista integral; recurso destinado à obtenção de superlucros e que encontra no comércio exterior um meio idôneo de reproduzir esta fonte de benefícios extraordinários. Marx dá inclusive um exemplo concreto de troca entre dois países hipotéticos. No primeiro, mais adiantado, a proporção de capital fixo e circulante (capital constante que se transfere como tal ao valor da mercadoria) é muito superior que no segundo em relação ao capital variável gasto

em salários (que se transfere à mercadoria como valor acrescido do mais-valor produzido pelo trabalho humano). Portanto, a mais-valia em relação ao capital global adiantado na produção, isto é, a taxa de lucro, é superior no país mais atrasado onde a intensidade do trabalho é maior. Como resultado da concorrência no mercado mundial estabeleceu-se uma taxa média de lucro superior à existente no país mais avançado e inferior à correspondente ao seu parceiro no comércio exterior. "Desta maneira, no mercado mundial se produzem, dentro da esfera da circulação, transferências da mais-valia produzida no país pouco desenvolvido ao capitalista altamente desenvolvido, dado que a distribuição da mais-valia não se realiza segundo a quantidade de operários ocupados senão conforme a magnitude de capital em função"<sup>(11)</sup>.

As funções decisivas que tem o comércio exterior para o modo de produção capitalista são a substância mesma que explicam sua tendência a estender sua dominação sobre o conjunto do planeta. Não há que esquecer que o capitalismo emerge como fenômeno peculiar na Europa ocidental e que, a partir daí, difundirá seu próprio impulso para o resto do globo até conformar uma nova estrutura da economia mundial como "um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes, abrangendo a totalidade do mundo"<sup>(12)</sup>.

Se se observa a questão de outro ângulo, a economia mundial como resultado da expansão do capitalismo é a forma que assume na época moderna a divisão social do trabalho a nível internacional. As condições desta divisão<sup>(13)</sup> são tanto de ordem natural, decorrentes da diversidade do meio ambiente das distintas unidades nacionais, como sociais e culturais, em função do diferente grau de desenvolvimento das forças produtivas. É este último elemento (que marca justamente a capacidade do homem para dominar e modelar a natureza e sua desigual distribuição entre as células nacionais que integram o organismo vivo da economia mundial) o verdadeiramente decisivo quando o que está em

pauta é analisar as formas peculiares assumidas pela divisão internacional do trabalho nas diversas fases de sua evolução.

Resumindo, o movimento histórico do capital implica na passagem da economia ou mercado mundial como fator constitutivo dele próprio à economia mundial constituída como resultado da própria consolidação do capitalismo nas nações mais desenvolvidas. É a este último momento que se denomina habitualmente como fase de "internacionalização do capital" e que, por sua vez, deve ser compreendido como fenômeno historicamente determinado a partir das características que toma a evolução do modo de produção capitalista nos países centrais. Esta é a razão pela qual convém precisar as modificações qualitativas fundamentais operadas na dinâmica capitalista em torno do final do século passado e começos do presente quando toma forma o que podemos denominar de economia mundial contemporânea.

#### MONOPÓLIO E CAPITAL FINANCEIRO

Existe, entre as análises mais diversas da literatura econômica, uma vasta coincidência em destacar as alterações processadas no mercado dos grandes países capitalistas a partir das últimas décadas do século XIX. Alterações que dizem respeito à estrutura que envolve a relação entre os capitais individuais e, portanto, aos mecanismos de reprodução do capital social. Como é sabido, o universo próprio da chamada economia clássica é aquele que corresponde ao produtor para quem o preço constitui um dado externo, completamente alheio à sua própria vontade, resultante da regulação objetiva imposta pela lei do valor, isto é, pelo fato de que o trabalho socialmente necessário "gasto" na mercadoria é o centro de gravidade em torno do qual se articula todo o sistema de compras e vendas e a distribuição dos recursos produtivos entre os diversos ramos e setores.

O novo quadro, por sua vez, corresponde à superação do "modelo atomizado e concorrencial do capitalismo no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos"<sup>(14)</sup> e, ao mesmo tempo, é um resultado inevitável da dinâmica própria do "modelo" concorrencial cuja tendência é no sentido da concentração e centralização do capital. São precisamente estes dois processos que conduzem à firma gigante, ao trust, ao cartel e às diversas formas de combinação que dão lugar à moderna empresa monopolista. A concentração é o acréscimo da massa de riqueza que funciona como capital nas mãos de cada proprietário privado dos meios de produção; ela se impõe como necessidade de sobrevivência face aos ganhos de produtividade embutidos no aumento da escala de produção, que permitem sustentar a competitividade do capitalista. A centralização, por sua vez, está diretamente vinculada às escalas de produção crescentes e às enormes massas de capital que dela decorrem, mas distingue-se do fenômeno da concentração "pelo fato de que supõe simplesmente uma diferente redistribuição dos capitais existentes e já em função. O capital acumula-se entre as mãos de um só, porque escapa à posse de muitos. É a centralização propriamente dita, por oposição à acumulação e à concentração"<sup>(15)</sup>.

As formas particulares que assumem progressivamente a concentração e a centralização mostram a passagem histórica ao predomínio do capital monopólico na sociedade burguesa<sup>(16)</sup>. Em primeira instância, predominou, até o último quartel do século passado, a concentração na empresa individual que, ao mesmo tempo, progredia centralizando o capital através da ruína e absorção dos meios de produção dos pequenos proprietários. A partir de então, o surgimento e expansão das sociedades anônimas marcaram o afastamento definitivo da firma individual do primeiro plano do cenário econômico e criaram as condições para a hegemonia da empresa monopólica. Começou então a segunda fase da concentração e centralização capitalista. De um lado, a acumulação de capital

ainda não levou ao aumento da massa de recursos produtivos dos produtores individuais, mas converteu-se na mais poderosa alavanca para a constituição dos trustes. De outro lado, a concorrência mudou de forma para transformar-se em "concorrência feroz entre um pequeno número de gigantescas associações capitalistas, que praticam uma política complexa e, em grande parte, calculada"<sup>(17)</sup>. Como resultado de toda esta evolução, Bukharin aponta duas conclusões fundamentais; que se identificam com o último estágio do processo de concentração e centralização. Em primeiro lugar, "a economia nacional tende a transformar-se em um gigantesco truste combinado", dando lugar à estruturação de uma série de "trustes capitalistas nacionais" que devem ser encarados "como parte integrante de um sistema econômico e social muito mais vasto: a economia mundial". É neste contexto que, em segundo lugar, a concorrência atinge seu ponto máximo, precisamente como "concorrência de trustes capitalistas nacionais no mercado mundial". Assim, enquanto a concorrência tende a reduzir-se ao mínimo no seio das economias nacionais, "renasce no exterior em proporções fantásticas, nunca vistas em épocas históricas anteriores".

O significado da nova conformação da economia mundial e das contradições próprias à inevitável subsistência das formações econômicas nacionais será desenvolvido num capítulo seguinte. Por enquanto, é importante indagar mais profundamente sobre as implicações do monopólio para o modo de produção capitalista considerado em si mesmo. No terceiro livro de O capital, Marx fez uma descrição magistral sobre a questão ao analisar justamente esta nova forma de capital social (por oposição ao capital individual atomizado) que dará origem à moderna sociedade anônima e que caracterizou como a "abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção". A expropriação dos meios de produção do conjunto da sociedade pelos representantes do capital alcança então a sua forma mais acabada: "a expropriação se estende aqui do produtor direto até os

próprios capitalistas pequenos e médios. Esta expropriação é o ponto de partida do modo capitalista de produção; sua execução é o objetivo deste, mais exatamente e em última instância, é a expropriação de cada um dos meios de produção, que, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios de produção privada e produtos da produção privada e que só podem então ser meios de produção em mãos de produtores associados, e que por isto podem ser sua propriedade social assim como é social o seu produto. Mas esta expropriação ela mesma se apresenta, dentro do sistema capitalista, em uma figura antagônica, como a apropriação da propriedade social por parte de uns poucos; (...) assim, existe já o antagonismo com a antiga forma na qual o meio social de produção se apresenta como propriedade individual; porém, a transmutação (...) ainda permanece prisioneira, ela mesma, dentro das barreiras capitalistas; por isso, ao invés de superar o antagonismo entre o caráter da riqueza enquanto riqueza social e enquanto riqueza privada, apenas o aperfeiçoa em uma figura nova"<sup>(18)</sup>.

A substituição da livre-concorrência pela possibilidade de o monopólio controlar as forças que operam no mercado implica em mudanças de ordem qualitativa no funcionamento global da economia capitalista. Antes de mais nada, porque supõe a possibilidade de alterar de uma maneira radical os mecanismos de regulação da economia concorrencial, na qual a vigência plena e acabada da lei do valor atuava como uma "mão invisível" na alocação das massas de capital nos diversos setores, pela via do preço "dado" no mercado. Para o monopólio, o preço já não é "dado": "quando falamos de preço de monopólio, queremos dizer, de modo geral, o preço determinado apenas pela ânsia dos compradores em comprar e pela sua solvência, independentemente do preço determinado pelo custo geral de produção e pelo valor do produto" (Marx)<sup>(19)</sup>.

Esta capacidade de fixar os preços do seu produto, que Hilferding considerava o essencial na definição do monopólio, significa uma violen-

ta ruptura nos mecanismos próprios de distribuição do lucro ou mais-valia social entre os diversos capitalistas. Na medida em que o preço é determinado pelo mercado sem o arbítrio do proprietário individual e existe a possibilidade de mobilizar o capital de um ramo a outro da economia, a tendência natural é o estabelecimento de uma taxa geral de lucro segundo a qual cada unidade de capital aplicada obtém um retorno igual, independentemente do caráter específico que assumam tal aplicação. Nessas condições, a distribuição da mais-valia entre os capitalistas toma uma forma "democrática", imposta pela lógica da concorrência: o monopólio dos meios de produção por parte de uma classe implica numa distribuição da valorização dessa riqueza - por intermédio do valor criado e não pago aos trabalhadores - que é posteriormente distribuída conforme o princípio da proporcionalidade entre o capital aplicado e o retorno obtido (e não segundo o critério da proporção da parcela do trabalho social utilizado por cada capitalista). Esta tendência à nivelção da taxa de lucro é violada pela nova posição assumida pelo monopólio. Sua capacidade de elevar o preço de venda acima do preço de produção equivalente aos custos, e o acréscimo que corresponderia à taxa de lucro média vigente em condições de livre concorrência, rompe as relações de distribuição "cooperativas" próprias desta situação original. Disto decorre o fenômeno essencial que caracteriza o mercado dominado pelo monopólio: o fato de que este último pode abocanhar uma parte mais que proporcional da mais-valia social (proporcional no que diz respeito à sua participação na massa total do capital existente). A partir de então, o mecanismo de distribuição do lucro social fica submetido à força relativa do monopólio em relação aos outros monopólios e capitalistas individuais. Desta forma: "o predomínio da força como meio de distribuição da mais-valia constitui-se numa categoria essencial"<sup>(20)</sup>.

É claro que, se o preço deixa de ser um "dado" para o monopólio, o conjunto da mais-valia social continua a ser um limite objetivo para

a perturbação possível nos mecanismos de distribuição. O preço de monopólio tem como resultado a transferência do lucro dos setores não monopolizados aos monopolizados e pode, eventualmente, significar também uma dedução do salário real dos trabalhadores em favor destes últimos. Em todo caso, do ponto de vista teórico, "os limites dentro dos quais o preço monopolístico afetaria a regulação normal aos preços mercantis estariam solidamente determinados e seriam calculáveis com exatidão"<sup>(21)</sup>.

As conseqüências fundamentais da aparição do monopólio como protagonista decisivo no modo de produção capitalista são de diversas ordens nos diversos campos da vida econômica, social e política, embora todos eles estejam vinculados ao primeiro plano que ocupam a força e a capacidade de dominação nas diversas esferas do mercado como elemento distintivo de sua própria reprodução. A tendência à violência generalizada como componente estrutural da sociedade moderna, o belicismo sem precedentes que caracteriza o século XX como um todo não podem sequer começar a ser entendidos à margem desta questão central.

Como parte integrante deste processo deve-se analisar a evolução da economia monopolística no sentido da associação da empresa gigante com o Estado, instituição à qual cabe o monopólio dos meios de coerção e violência. O capital da fase monopolista "não deseja liberdade mas, domínio, não tem o gosto da independência que o capitalista individual revela, mas demanda sua arregimentação; detesta a anarquia da concorrência e deseja organização, apenas para reiniciar a concorrência em nível mais alto. Para isso, e ao mesmo tempo para manter e aumentar seu poderio, necessita da garantia do Estado na proteção do mercado interno e portanto a facilidade para a conquista de mercados externos" (Hilferding)<sup>(22)</sup>. O ideal do Estado, que devia limitar-se ao indispensável na arquitetura da nação, é substituído por uma ideologia propensa a embelezar a hipertrofia de todas suas funções; um processo



que, por outra parte, acaba gerando uma fonte de demanda adicional para os monopólios que asseguram o controle de alavancas fundamentais do aparato estatal.

Se considerarmos a participação crescente do Estado na economia, é necessário procurar as raízes do problema na própria desregulação da produção capitalista que é inerente à monopolização. Na mesma medida em que se transtorna completamente o equilíbrio decorrente do funcionamento mais ou menos acabado da tendência à nivelção das taxas de lucro, altera-se o mecanismo de alocação do capital nos diversos ramos e setores. Nas condições do mercado competitivo, o preço sinalizava a demanda social de um produto conforme as necessidades derivadas das relações de produção estabelecidas pelo próprio capital. Um aumento ou diminuição do preço indicava, neste sentido, escassez ou abundância, respectivamente. Nesse caso, os movimentos ascendentes ou descendentes da taxa de lucro que surgem em consequência das alterações ocorridas nos preços de mercado estimulam os deslocamentos de capital que asseguram uma certa proporcionalidade entre os diversos ramos, de acordo com as necessidades sociais. Esta função particular do preço tende a desaparecer à medida que se aprofunda a dominação que o monopólio pode exercer sobre o mercado. A desproporcionalidade entre os ramos e a anarquia que é própria ao modo de produção capitalista tornam-se qualitativamente distintas e adotam formas extremamente agudas. É o momento em que "o elemento de desagregação supera a razão organizadora da burguesia"<sup>(23)</sup>.

A partir da falência dos mecanismos de regulação automática da concorrência, o Estado vê-se obrigado a procurar uma alternativa através de sua própria regulação e do planejamento de certas atividades que sirvam como mecanismo compensatório diante da possibilidade de um colapso. Não é casualidade, obviamente, que este tipo de atuação estatal - que também implica num passo a mais no sentido da "abo-

lição do modo de produção capitalista nos limites do próprio modo de produção capitalista" - tenha surgido com o "New Deal" americano após o "crack" econômico de 1929 (posteriormente "legitimado" no terreno da ideologia econômica pela famosa "Teoria geral...", de Keynes, aparecida em 1936).

Para analisar mais especificamente o conteúdo das modificações próprias da presença dominante do monopólio na economia capitalista, é preciso considerar todavia a forma peculiar que adquire na época contemporânea, isto é, a forma de capital financeiro. Indica Testa<sup>(24)</sup>, acertadamente, que, se a diferença básica entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista reside no tipo de estrutura que lhes são próprias, a distinção entre o capitalismo clássico e o capitalismo financeiro consiste no distinto tipo de capital que concomitantemente adquire a hegemonia social e consolida as mudanças profundas que se manifestam no sistema produtivo como um todo. Embora possa parecer ocioso, é bom lembrar que o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social e que, portanto, capital financeiro significa uma manifestação particular desta relação com desdobramentos decisivos no que tange a dinâmica do capitalismo em seu conjunto.

Se se aborda o estudo do capital como relação social em suas diversas facetas, é necessário levar em conta que isto supõe, na realidade, um conjunto de relações no seio da sociedade que vinculam não apenas os proprietários da riqueza convertida em capital com os trabalhadores desprovidos dos meios de produção, mas também os capitalistas entre si. O movimento histórico destas relações teve e tem um significado fundamental para o funcionamento do modo de produção. Neste sentido, o aspecto revolucionário do capitalismo está vinculado ao que podemos denominar de triunfo do capital industrial para o qual o desenvolvimento das forças produtivas (e o progresso técnico ligado a este processo, imposto pela lógica da concorrência) transforma-se numa arma

fundamental em função do aumento e da expansão da mais-valia obtida no processo de trabalho. Mas nem todo capital é capital industrial e ocupa o mesmo lugar no sistema produtivo e social.

Entre as formas mais primitivas de capital (anteriores inclusive ao modo de produção capitalista), encontram-se o capital usurário ou capital a juros e o capital comercial, que têm em comum com o capital industrial o fato de que, contrapostos ao trabalho humano, se apropriam gratuitamente de uma parte do valor ou da riqueza por ele produzidas. Em contrapartida, sua conduta perante a produção em si mesma - ao contrário do capital industrial - é total e puramente passiva. Enquanto o capital industrial está interessado de uma maneira ativa no aumento da produtividade social do trabalho, da qual depende diretamente sua possibilidade de lucro, o capital a juros se caracteriza pela sua completa exterioridade em relação ao processo produtivo. Poder-se-ia dizer que o capital a juros tem todos os vícios do capital industrial sem ter, em troca, nenhuma das suas virtudes: "o capital usurário possui o modo de exploração do capital sem seu modo de produção" (Marx) (25); seu movimento tende a paralisar, em lugar de desenvolver, as forças produtivas.

Na mesma medida em que o capital industrial impõe sua hegemonia e dá lugar a um poderoso desenvolvimento das forças produtivas sob sua égide, essa forma "antidiluviana" do capital - o capital a juros, se subordina às condições e necessidades colocadas pela nova situação. Será, então, a base do moderno sistema de crédito, que permitirá ampliar e lubrificar os circuitos da reprodução ampliada do capital. No entanto, sua postura de afastamento da produção material, a característica parasitária que constitui sua marca congênita não se modifica. O capital a juros, que permite, através do crédito, uma expansão sem precedentes da acumulação capitalista, só se distingue do seu antepassado, o capital usurário, pelas condições sob as quais funciona e não pela

"sua natureza ou seu caráter", que continuam sendo os mesmos <sup>(26)</sup>.

O capital industrial procura maximizar a mais-valia obtida como resultado do processo de valorização real que ocorre na produção material; o capital a juros - ainda na sua forma creditícia mais desenvolvida - procura maximizar precisamente o juro, que nada mais é que uma dedução da mais-valia com cuja criação carece de qualquer ponto de contato direto. Na verdade, "o capital a juros tem por antítese enquanto tal não o trabalho assalariado senão o capital atuante; o capital que se empresta se opõe diretamente; enquanto tal, ao capitalista realmente operante no processo de reprodução mas não ao assalariado, a quem, precisamente, sobre a base da produção capitalista lhe tem sido expropriados os meios de produção. O capital a juros é o capital enquanto propriedade frente ao capital enquanto função. Mas na medida em que o capital não funciona, não explora os operários e não entra em antagonismo com o trabalho" <sup>(27)</sup>. Em outro parágrafo, Marx insiste na caracterização deste capital como parasitário de uma maneira inequívoca: "o sistema de crédito, que tem seu ponto central nos bancos presumivelmente nacionais e nos grandes emprestadores de dinheiro e usurários que se multiplicam em torno deles, é uma enorme centralização, e confere a esta classe parasitária um poder fabuloso, não só de decimar periodicamente aos capitalistas industriais, mas também de interferir de maneira mais perigosa na produção real, e esse bando nada sabe da produção e nada tem que ver com ela" <sup>(28)</sup>.

No decorrer da evolução histórica, em lugar de uma delimitação e confronto claro entre o capital industrial e o capital a juros (que, numa primeira etapa, ficou subordinado às condições impostas pelo primeiro), o que se deu foi uma particular combinação - associação ou fusão - entre ambas formas. O fenômeno foi produto das próprias modificações estruturais no funcionamento do sistema capitalista, em cuja base estão os processos de concentração e centralização já analisados.

Ambos processos aparecem estreitamente vinculados, como já vimos, à acumulação e aos aumentos de escala de produção do capital que, por sua vez, se manifestam num aumento do capital fixo por unidade produtiva e também em relação à unidade de trabalho humano que intervém no processo produtivo. As gigantescas plantas industriais modernas fixam enormes massas de investimento em equipamento e maquinaria pesada que implicam numa imobilidade do conjunto e que tanto dificultam a entrada e a saída do capital no setor correspondente, como tornam extremamente difícil qualquer deslocamento no sentido em que se fazia possível nas circunstâncias do mercado atomizado da produção concentrada em unidades médias ou pequenas. Esta imobilidade torna mais indefeso o capital ante as eventuais alterações ocorridas no mercado e, enquanto reestimula a monopolização como forma de assegurar por qualquer meio a proteção da própria atividade, promove ao mesmo tempo o esforço pela diversificação das aplicações com o objetivo de diluir o risco da extrema concentração.

O resultado é que, de um lado, as exigências objetivas de imobilização de capital tendem a tornar mais rígidos e volumosos os investimentos e, de outro lado, coloca-se a necessidade de dispor de uma igualmente volumosa massa de capital monetário, de forma tal que permita sustentar o escape ao risco embutido na situação anterior, através de diversificação de aplicações. Desta maneira, "as condições estão dadas para que os industriais procurem escapar à rigidez que lhes impõem as novas estruturas produtivas mediante sua associação com a forma mais móvel do capital, com o dinheiro. A monopolização operada no âmbito do dinheiro facilita o acordo deste capital com o capital industrial e o surgimento do capital financeiro"<sup>(29)</sup>. As formas desta associação podem ser das mais diversas conforme o momento histórico e o âmbito geográfico e não devem ser confundidas com uma forma peculiar da mesma nem com a apreciação unilateral de que se trata do domínio das empresas industriais pelos bancos (Bukharin afirmou que o ca-

pital financeiro era simultaneamente capital bancario e capital industrial).

O que importa destacar aqui é que, nesta forma superior de capital, que se gesta como consequência do conjunto das transformações operadas na dinâmica do sistema capitalista, aparecem definitivamente incorporados à relação social dominante os aspectos parasitários do capital usurário, sua plasticidade particular para difundir-se por todos os lugares, na mesma medida em que se independiza ou se mantém à margem do processo direto da produção material. "Na procura de mobilidade, o capital tende a separar-se da sua própria base produtiva para converter-se em puro direito à apropriação de mais-valia"<sup>(30)</sup>. A sociedade anônima é por isto uma forma particularmente adaptada a esta característica do capital financeiro porque nela a gestão da empresa e a propriedade do capital aparecem divorciados. O capital financeiro complementa, reforça e difunde uma característica que é específica da economia monopólica: na mesma medida em que esta coloca a possibilidade do controle do mercado e do sistema de preços, faz aparecer a possibilidade econômica de deter o progresso técnico inerente ao quadro típico da livre concorrência. A novidade nesta etapa contemporânea é, por isto, tanto a tendência ao domínio e força, que constituem a essência do monopólio, como o parasitismo peculiar que conforma o caráter distintivo do tipo social de capital que o representa: o capital financeiro, resultado histórico da combinação do capital industrial e o capital bancário.

#### IMPERIALISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Nos trabalhos de economia que se reivindicam do marxismo e inclusive entre os que dele explicitamente se afastam, é freqüente considerar que o popular texto de Lenin - "Imperialismo, fase superior do capi-

talismo" - contribuiu relativamente pouco para a evolução da análise das peculiares características da etapa mais recente do capitalismo. A fama do folheto se deveria sobretudo ao talento extraordinário do autor para a exposição e a polêmica, mas não à sua originalidade, que pouco acrescentaria aos textos "clássicos" sobre a questão escritos por Hobson ("Imperialismo") e Hilferding ("O capital financeiro") em princípios do século<sup>(31)</sup>. Outras críticas mais sofisticadas apontam a excessiva ênfase que Lenin teria dado aos aspectos referentes à circulação do capital em detrimento daqueles relativos à produção. No entanto, acreditamos que, ao contrário, o mérito da obra em pauta é justamente o de ter integrado as diversas contribuições sobre a questão numa visão integral do problema, numa avaliação global qualitativa desta "nova etapa" do modo de produção capitalista.

Neste sentido, cabe destacar que no momento de fazer um balanço sobre sua própria exposição, Lenin define o lugar histórico preciso do imperialismo na estrutura do modo de produção capitalista: "O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das propriedades fundamentais do capitalismo em geral. Porém, o capitalismo se tornou imperialismo capitalista apenas quando alcançou um grau determinado, muito avançado, de seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a se converter em sua antítese, quando tomaram corpo e se manifestaram em toda plenitude os traços da época de transição do capitalismo a uma estrutura econômica e social mais elevada"<sup>(32)</sup>.

Note-se particularmente a observação sobre a aparição do imperialismo no momento em que "algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a converter-se na sua antítese"; estamos diante de uma conclusão semelhante àquela exposta por Marx e já comentada. Isto é, em torno das empresas gigantes de "capital social". A raiz do imperialismo, a conformação acabada da "forma superior do capitalismo".

corresponde à cristalização plena dos fenômenos relativos à "abolição do capital dentro do modo de produção capitalista" a uma "época de transição" onde o capitalismo já não é aquele e não obstante não pode deixar de ser; uma circunstância na qual a tensão entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação atinge seus pontos extremos. É por esta razão que Lenin coloca os monopólios substituindo à livre concorrência como "o fundamental" neste processo, monopólios que - ele próprio esclarece - não eliminam completamente a concorrência mas que existem por cima e ao lado dela, dando origem a contradições, choques e atritos particularmente agudos e bruscos.

Está claro, portanto, que a definição "mais breve possível do imperialismo" como "fase monopolista do capitalismo" é extremamente rica se corretamente entendida e se se vincula às análises prévias do próprio Marx. Por isto Lenin insistirá no parasitismo e na decomposição do capitalismo como características inerentes ao imperialismo, características que resultam da alteração na estrutura do mercado capitalista imposta pela aparição do monopólio e que implicam na modificação da sua dinâmica global. É à luz deste conceito-chave que se deve abordar o significado do capital financeiro. Daí que, diante da definição de Hilferding sobre este último - "capital que se encontra à disposição dos bancos e que utilizam os industriais" - Lenin indique que ela não é completa se não se acrescenta a questão decisiva da concentração da produção e do capital num grau tão elevado que conduz e tem conduzido ao monopólio.

Enquanto Hobson, que popularizou com seu livro a denominação de imperialismo, vinculava o fenômeno de uma maneira unilateral com a política colonial e encontrava suas raízes no subconsumo próprio do capitalismo, não atentava precisamente para a modificação qualitativa que Lenin indica e articula numa concepção unitária que tem como antecedentes o trabalho de Hilferding sobre capital financeiro e as análises



ses realizadas por Bukharin sobre o monopólio, no seu trabalho sobre o imperialismo e a economia mundial. Tem razão Lecaute <sup>(33)</sup> quando afirma que não é Lenin, mas seus ocasionais críticos, quem cometem o erro de reduzir as características econômicas do imperialismo a fenômenos que dependem exclusivamente da esfera do mercado e de suas representações empíricas imediatas: os monopólios e o capital financeiro não são apenas "formas de mercado" e se expressam, em primeira instância, em transformações na concorrência e nas relações de distribuição, implicam num rearranjo das relações sociais de produção (cuja importância destacamos em particular no capítulo anterior). É a partir desta dimensão do problema que cabe analisar os cinco traços fundamentais da difundida conceituação de Lenin sobre o imperialismo: 1. a concentração da produção e do capital atinge um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o industrial e o surgimento, no terreno deste "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, em relação à exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. formam-se associações internacionais monopolistas de capitalistas, as quais repartem entre si o mundo, e 5. acaba-se a divisão territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. <sup>(34)</sup>

No capítulo anterior e no início deste concentramos a análise nos itens 1 e 2 acima, na tentativa de indicar qual é a importância particular da transmutação operada nesta fase do capitalismo. Cabe agora tecer alguns comentários sobre os outros pontos que dizem respeito à dimensão especificamente internacional da etapa imperialista e suas conseqüências sobre o mercado mundial. Por último, num outro capítulo, veremos, no novo contexto, como operam as tendências próprias do capitalismo monopolista na economia mundial e que fatores atenuam e/ou afetam o seu desenvolvimento.

No que tange à exportação de capital, o que é essencial é o deslocamento do lugar da criação de mais-valia dos centros capitalistas mais desenvolvidos para a periferia atrasada. Isto leva a conceber a economia internacional e o mercado mundial num novo quadro de extensão à escala planetária do modo capitalista de produção<sup>(35)</sup>. Este é um traço distintivo da exportação de capital em relação à exportação de mercadorias porque, para esta última, é relativamente indiferente o regime econômico interno do país que atua como um dos pólos da troca comercial. Em contrapartida, o capital, na medida em que se transfere, reclama e desenvolve certas condições indispensáveis para seu funcionamento, tais como contar com mão-de-obra disposta a assalariar-se, uma certa infra-estrutura no referente às denominadas "economias externas" (transportes, comunicações) e, obviamente, a possibilidade de obter taxas de lucro que justifiquem a operação de transferência do investimento. A exportação de capital não é, portanto, como no caso das mercadorias, um acontecimento restrito à área das trocas ou da circulação; corresponde na realidade a uma extensão mundial das relações de produção e, neste sentido, a um desenvolvimento "amplo e profundo do capitalismo no mundo inteiro" (Lenin)<sup>(36)</sup>.

Embora possa manifestar-se das mais diversas maneiras, o fator causal que está por trás da expansão do capital além das suas fronteiras originais é sempre a procura de uma maior taxa de lucro. Teoricamente, este mesmo objetivo pode ser alcançado pela venda de mercadorias no exterior, mas uma série de circunstâncias convergiram na direção da passagem de uma forma de exportação a outra. A primeira foi a reintrodução de políticas protecionistas por diversos países após o período histórico de vigência mais ou menos estendida da livre concorrência que acompanhou a vitória e expansão original do capitalismo inglês. Nas últimas décadas do século passado, as tarifas alfandegárias foram se generalizando como recurso defensivo da produção interna e, colocadas as barreiras para a circulação de mercadorias, chegou

o momento de exportar a produção da própria mercadoria. Outro fator que está presente na primeira etapa de exportação de capital é a procura de matérias-primas (elemento essencial nos custos de produção) que se torna mais aguda na mesma medida em que se expande a produção e os mercados centrais das nações mais desenvolvidas. Seja pela via de certos investimentos na área de comunicações e transporte dirigidos a facilitar este mesmo comércio, seja pela necessidade direta de organizar a produção a partir de um determinado recurso natural (minerais), a exportação de capital assume proporções significativas nesta área desde há mais de cem anos. Um terceiro elemento que estimulou-a foi a oportunidade de obtenção de altos lucros nos empréstimos realizados pelos sistemas financeiros dos países desenvolvidos aos mais atrasados, nos quais a necessidade de capital para os primeiros estágios da acumulação se fazia sentir de um modo mais intenso. Por fim, é evidente que a possibilidade de exploração de mão-de-obra mais barata é também um motivo que promoveu o deslocamento de massas de capital para os países mais pobres e de salários habitualmente mais baixos.

É evidente que a exportação de capital está associada a uma sobreacumulação nos países de origem, e era a isto que se referia Lenin ao vinculá-la a uma "maturidade excessiva" do capitalismo nos países centrais. Por esta razão, não são poucos os que acusaram a Lenin de incorporar pela janela o que tinha expulsado pela porta na polêmica com os partidários da teoria do subconsumo (que defendiam o ponto de vista segundo o qual a realização da produção capitalista só era formalmente impossível sem a venda dos seus produtos em áreas - internas ou externas - exógenas ao próprio modo de produção). Em torno disto, porém, a poeira levantada parece inteiramente injustificada. Negar a sobreprodução ou a sobreacumulação significa negar não a tese anterior, mas a essência mesma das contradições que marcam o próprio capitalismo. Pode-se dizer que a "sobreprodução é só relativa" em relação, por exemplo, às necessidades sociais insatisfeitas, "o que é to-

talmente correto; mas ocorre que todo o modo capitalista de produção é só um modo de produção relativo, cujos limites não são absolutos mas que sim o são para ele, sobre sua base" (37). Na verdade, quando Lenin falava da "maturidade excessiva" do capital nos centros imperialistas, referia-se a esta manifestação específica que o próprio Marx já tinha apontado: "se se envia capital ao exterior, isto não ocorre porque seja absolutamente impossível ocupá-lo no interior. Acontece porque no exterior pode ser ocupado a uma taxa mais elevada de lucro. Mas este é um capital absolutamente excedente para a população operária ocupada e para o país dado em geral" (38) (grifo nosso).

Se a exportação de capital está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e tem como requisito o mercado mundial pré-existente, o que lhe dá uma característica peculiar é sua concentração nas redes dos grandes monopólios sediados obviamente nos países de maior expressão no quadro do capitalismo americano. Disto decorrem as duas últimas características fundamentais da época imperialista apontadas por Lenin: associações internacionais monopolistas que estendem seu domínio sobre o planeta inteiro e divisão do mesmo em diversas áreas territoriais de influência das potências dominantes. De fato, estimava-se que na última década um grupo de entre 1 000 e 2 000 firmas controlavam mais de 75% do produto industrial do Ocidente (39). Esta expansão monopólica na arena da economia internacional está na base do desenvolvimento complementar das tensões entre as nações que, de um lado, constituem a raiz mesma das duas grandes guerras mundiais que marcam o século XX e, de outro, são um elemento constitutivo no sistema permanente de agressões montado contra os países da periferia vinculados a linhas de dominação daquilo que Bukharin chamava os "trustes capitalistas nacionais". Em seguida examinaremos este traço distinto da época atual que consiste na definitiva divisão do mundo em nações dominantes e dominadas. De qualquer modo, quando após um "boom" econômico mundial que teve como fundamento a destruição sem precedentes

de forças produtivas operado durante a guerra, nos encontramos novamente perante uma crise de características generalizadas na economia capitalista e num contexto marcado por formidáveis tensões, entre as quais, a hipótese da barbárie nuclear que não deve ser excluída, torna-se difícil escapar ao julgamento definitivo de Lenin, tão "antigo" como atual: "os monopólios, a oligarquia, a tendência à dominação em lugar da tendência à liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou débeis por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto tem originado os traços distintivos do imperialismo que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário ou em estado de decomposição"<sup>(40)</sup>.

#### NOTA SOBRE OS PAÍSES ATRASADOS

Resumamos brevemente o até aqui colocado<sup>(41)</sup>. A partir de fins do século passado, e completamente depois da I Guerra Mundial, a economia internacional fica dominada pela hegemonia do capital financeiro e monopolístico nas grandes potências ocidentais. Porém, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas das nações capitalistas avançadas tendiam a superar suas próprias fronteiras, o resto do planeta encontrava-se ainda num estágio histórico de tipo pré-capitalista. Nesta diferença, que pode ser entendida como o desnível de produtividade entre as diversas economias e na distinta disposição de recursos naturais com que estas estavam dotadas, reside a base original da divisão internacional do trabalho, isto é, da especialização de distintos países na produção de mercadorias destinadas à troca entre eles. Dito de outra forma: o fator determinante da divisão internacional do trabalho é o nível desigual de evolução de forças produtivas; foi fundamentalmente por esta razão que alguns países surgiram no mercado internacional como produtores e exportadores de produtos primários, ao mesmo tempo em que um número reduzido de nações dedicou-se a abastecer o

mundo de artigos industriais.

Podemos dizer que, a partir da expansão do capital, como anteriormente descrita, passamos - como afirma Michalet<sup>(42)</sup> - da economia internacional à economia mundial, a primeira caracterizada pela transferência de mais-valia através do comércio e a troca desigual, a segunda pela criação "partout" ao valor (apesar de que - convém esclarecer - uma coisa não anula a outra). Nesta economia mundial as diversas nações se integram seja como dominantes seja como dominadas, num mercado cujas características são estabelecidas em função do poder hegemônico detido pelas primeiras e cuja origem é o desigual desenvolvimento prévio das forças produtivas. Desta maneira, o comércio internacional de mercadorias e os fluxos de capitais estruturam-se em função da procura de uma melhor taxa de lucro e da acumulação do capital centrada nos países desenvolvidos. O capital que entra nas nações dominadas certamente contribui para desenvolver o modo de produção capitalista nos países da chamada periferia. Todavia, disto não se deriva que a tendência seja uma nivelção do desenvolvimento econômico nas diversas partes do planeta. Pelo contrário, este crescimento promovido por fatores exógenos ao capitalismo nos países atrasados, isto é, pela penetração do capital estrangeiro, aprofunda as diferenças entre o ritmo de crescimento das diversas partes que constituem a economia mundial.

"As burguesias dos países atrasados encontram-se frente ao monopólio internacional na mesma situação que se encontram as empresas pequenas das metrópoles frente às gigantes, mas há uma diferença essencial entre os dois casos: as primeiras dispõem de um aparelho estatal que as últimas não podem nem sonhar em dominar"<sup>(43)</sup>. O monopólio tende a negar a lei do valor, apropriando-se através do controle do progresso técnico e das condições que derivam de sua posição de força no mercado, da mais-valia produzida nos segmentos não monopolizados. Ou

seja, em relação a estes últimos têm a possibilidade de obter sempre taxas superiores de lucro. Isto se aplica também à relação entre os países semicoloniais e os imperialistas na economia mundial. Na cadeia do mercado mundial os primeiros serviram historicamente como fonte de superlucros extraordinários para o imperialismo. Na última década, a massa de lucros financeiros obtida pelos grandes bancos que em prestaram enormes recursos aos países do chamado Terceiro Mundo (e que constituem uma parcela decisiva e crescente de todos os seus benefícios) são uma expressão deste fenômeno.

Historicamente, como assinalamos acima, a divisão internacional do trabalho foi articulada pelas ondas de expansão do capitalismo ocidental e dividiu o planeta entre países industrializados mais ou menos avançados e uma grande série de territórios coloniais ou semi-coloniais, primitivos e atrasados desde o ponto de vista de seu desenvolvimento. Estes últimos eram geralmente monoprodutores de algum recurso natural cobiçado nos países centrais onde se consumia seja como bem final, seja como insumo. O Brasil integrou-se ao mercado mundial como uma engrenagem a mais deste sistema, em função do qual sucederam as alternativas de sua própria economia de origem colonial (ciclo açucareiro, mineiro e cafeeiro). Até bem entrado o século XX, o Brasil era um representante clássico da integração das economias atrasadas na economia mundial: escassa industrialização interna, monoprodução de exportação como fator chave da realização da renda nacional, mercado interno extremamente primitivo, maioria da população sobrevivendo a quem dos níveis de subsistência etc..

Ora, o atraso não significa estagnação absoluta e deve ser analisado no quadro da evolução histórica concreta dos países que integram a economia mundial e das diferenças do seu desenvolvimento produtivo, diferenças que se reproduzem no tempo, através de constantes modificações, incluindo a semi-industrialização das nações da periferia do

sistema. Como afirmamos, a penetração do imperialismo nos países atrasados estimula o desenvolvimento capitalista. Mas é verdade<sup>(44)</sup> que seria um grave equívoco supor que o faz impondo as características historicamente progressivas do capital na sua primeira época: liquidação das classes representantes do "anciên régime", imposição da livre concorrência, submissão das diversas formas do capital à liderança da grande indústria, criação de um amplo e relativamente homogêneo mercado nacional etc.; ou seja, criando as bases para um poderoso desenvolvimento das forças produtivas. Quando o capital imperialista penetra nos países atrasados, trata-se de uma variante histórica distinta daquela que corresponde à sua etapa ascensional nos países centrais, uma variante que é complementar às tendências dominantes nas metrópoles. Por esta razão, quando invade novas formações nacionais não liquida as velhas classes nativas, mas, ao contrário, se vincula estreitamente aos representantes sociais do atraso e da dependência nacional em relação à própria metrópole. Desta forma, submete partes decisivas do aparelho produtivo a seu próprio controle, coloca sob sua influência setores inteiros da burguesia nativa - enquanto leva à ruína outros - e, no seu conjunto, bloqueia o desenvolvimento da industrialização, entendido como a hegemonia econômica da indústria nativa e como ramo independente no mercado mundial. Portanto, o imperialismo é ao mesmo tempo um meio e um obstáculo para o desenvolvimento capitalista dos países semicoloniais que ele próprio procura controlar, submeter e disciplinar.

A denominação de países atrasados como semicoloniais deve ser entendida em relação ao status particular que estes ocupam no quadro da economia mundial dominada pelo capital financeiro "uma força tão considerável (...) que é capaz de subordinar, e na realidade subordina, inclusive aos Estados que gozam da independência política mais completa" (45). Corresponde precisamente à estrutura da economia mundial da época atual a existência das formas mais "variadas de países que desde



o ponto de vista formal, político, gozam da independência mas que, na realidade, encontram-se envolvidos nas redes da dependência financeira e diplomática".

## ECONOMIA MUNDIAL: TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

O ponto de partida é agora a economia mundial. Esta conforma uma realidade própria como produto concreto do desenvolvimento capitalista contemporâneo, isto é, da articulação histórica de um modo de produção que integra espacialmente o planeta inteiro como terreno de sua própria reprodução. Com a saída do capital de seus países de origem, as relações sociais que lhe são próprias adotam uma dimensão universal. Se bem é necessário não esquecer que isto dá lugar a um sistema de nações ricas e opressoras vis à vis o conjunto de países pobres e submetidos a diversos tipos de dependência nacional, não é menos verdade que o capitalismo é a forma dominante em todos eles, não pela população que vincula diretamente a sua específica exploração, mas pela sua capacidade de dissolver e submeter as relações econômicas pré-existentes (e que representam um estágio de desenvolvimento histórico primitivo perante a moderna industrialização do capital). Precisamente, a força do capital deriva, no caso, do fato que corresponde a um regime social historicamente superior e que tem conquistado a hegemonia mundial. Nestas condições, as peculiaridades nacionais devem ser estabelecidas como uma combinação original, contraditória, das características mais gerais do mercado mundial dominado pelo capital monopolístico e financeiro.

Esta é a razão fundamental pela qual, do ponto de vista metodológico, é necessário abordar o estudo do capitalismo mundial como totalidade e não como a soma particular de uma série de capitalismo nacionais. Ao contrário, não se pode enfocar teoricamente os traços específicos des

tes últimos senão a partir de uma compreensão geral do desenvolvimento desigual da acumulação do capital no âmbito mundial. É necessário, portanto, partir "da economia mundial considerada não como a simples soma de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que, em nosso tempo, domina todos os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista superaram, desde há muito tempo, as fronteiras nacionais. (...) Não se pode reorganizar nem sequer entender o capitalismo nacional se o não se enfoca como uma parte da economia mundial. (...) Os traços específicos da economia, por muito importantes que sejam, constituem, em grau crescente, os elementos de uma unidade mais elevada que se chama economia mundial. (...) A particularidade nacional representa o produto final e mais geral da desigualdade do desenvolvimento histórico. (...) A particularidade de tipo nacional nada mais é que a cristalização das desigualdades de sua formação"<sup>(46)</sup>.

Como o capitalismo ou economia mundial são a forma na qual se expressam as tendências fundamentais do monopólio e o capital financeiro, é necessário precisar agora o modo particular de suas manifestações, as contradições que provoca e os fatores que intervêm no sentido de mitigar o ritmo de seu desenvolvimento. A internacionalização, o parasitismo, a eliminação da concorrência etc. como características próprias do capital moderno não podem impor-se de uma maneira linear nem deixam de provocar, pela sua própria dinâmica, uma série de fenômenos que atuam em direção oposta à sua vigência acabada. Cabe, portanto, dar conta, embora que resumidamente, dos problemas que esta questão coloca em pauta.

Tomemos, para começar, um aspecto fundamental para cuja importância Bukharin tinha chamado a atenção quando destacou o processo de nacionalização do capital que acompanha necessariamente a aparição e exten

são da economia imperialista. Na realidade, nacionalização e internacionalização do capital são duas faces de um mesmo desenvolvimento. Já vimos, no momento oportuno, que um estímulo fundamental para a exportação de capital surgiu da extensão que alcançou a utilização da política alfandegária desde o momento em que a proteção aos mercados internos tornou-se um imperativo para diversas frações dos capitais nacionais. Na verdade, a generalização das tarifas como barreiras à livre circulação de mercadorias transformou-se rapidamente, de um instrumento protecionista defensivo, numa arma ofensiva dos monopólios no mercado mundial toda vez que, permitindo elevar os preços internos, viabilizava a concorrência no exterior a preços mais reduzidos ou inclusive através dos mecanismos de "dumping". Desde o início, portanto, a internacionalização do capital foi acompanhada por um processo de nacionalização da política econômica, do estabelecimento de mercados internos cativos, de associação dos monopólios com seu próprio Estado para assegurar a melhor posição na concorrência com outros monopólios e outros Estados.

É precisamente a agudização da concorrência no plano do mercado mundial (que, por sua vez, é um fator compensador de seu cerceamento no mercado interno) - agudização que se dá na luta pela conquista de mercados consumidores, pelo domínio das fontes de recursos e matérias-primas e pelas áreas de investimento - que provoca esta necessidade de coesão interna do capital, que é o conteúdo próprio do processo de nacionalização do capital: "criação de corpos econômicos homogêneos, encerrados nas fronteiras nacionais e refratários uns aos outros"<sup>(47)</sup>.

A própria gestão de diversos setores econômicos que passaram das mãos privadas para o Estado deve ser analisada como resultado deste processo: a nacionalização de empresas cumpre, neste sentido, a tripla função de descarregar sobre o aparelho estatal o custo de setores em decadência pouco rentáveis para os capitalistas; impedir a sua compra por concorrentes estrangeiros, e facilitar uma certa regulação

compatível com os monopólios nacionais no seu conjunto. Outro aspecto do mesmo fenômeno pode se verificar nas diversas disposições tomadas com vistas a impedir uma excessiva internacionalização dos trustes nacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, exercem um forte controle sobre o eventual deslocamento de maquinaria e equipamentos produtivos considerados estratégicos, enquanto que na Alemanha foi estabelecida formalmente a proibição de que qualquer empresa instalasse no exterior uma capacidade de produção superior a 25% correspondente ao total da mesma<sup>(48)</sup>.

Este movimento contraditório é próprio, não da internacionalização da vida econômica abstratamente considerada, mas ao contrário, dos limites e constrangimentos que resultam do fato de que o vetor da internacionalização é o próprio capital. É o capitalismo financeiro que "infiltrando-se na economia mundial, cria, ao mesmo tempo, uma violenta tendência ao isolamento dos corpos nacionais, à formação de um sistema econômico autosuficiente, visando a consolidar seu monopólio"<sup>(49)</sup>.

As conseqüências deste movimento têm uma série de desdobramentos fundamentais que atingem a evolução da economia mundial como um todo. Um dos mais importantes consiste nos estímulos que provoca em direção contrária ao parasitismo intrínseco ao capital monopolista. Na medida em que a internacionalização do capital não significa uma internacionalização dos interesses dos capitalistas, mas, ao contrário, leva ao paroxismo a concorrência dos capitais nacionais, o problema da força necessária para sustentar essa concorrência remete à questão do sistema produtivo interno, sua capacidade de inovação, sua base industrial e tecnológica. O abc da guerra, e também da guerra comercial, da pugna entre os monopólios, inclui entre seus princípios mais elementares esta condição básica: contar com uma retaguarda produtiva capaz de dar o respaldo necessário a qualquer confronto em sua forma extrema, que é o empreendimento bélico direto. De uma forma ou de ou-

tra, os Estados imperialistas, como representantes do grande capital nativo, estão obrigados a levar em conta este desafio. Hipoteticamente, as tendências que acompanham a exportação do capital e a difusão das relações de produção ao longo do planeta poderiam levar "in extremis" a um deslocamento completo da produção industrial além das fronteiras, convertendo os países centrais numa espécie de paraísos de lazer com sua população subsistindo nas condições de "rentistas" a partir da mais-valia extraída do resto do mundo (Hobson, no princípio do século, pintou justamente um cenário deste tipo). Isto, contudo, deixaria as grandes nações em condições extremamente vulneráveis perante qualquer atrito significativo na arena mundial. Não se pode esquecer ainda o significado concreto tanto da luta dos trabalhadores no interior de cada país, como do avanço do processo de expropriação do capital em regiões fundamentais do globo e que constituem uma espécie de advertência permanente ao capital sobre os limites da sua própria ação.

Finalmente, o crescimento da regulação estatal que corresponde aos tempos modernos pode implicar também num certo limite ao impulso anárquico e caótico que se origina no predomínio do capital monopólico e financeiro sobre outras formas pretéritas da sua existência.

Desta forma, é por uma série de razões convergentes<sup>(50)</sup> - acirramento da concorrência internacional, ameaça da revolução social, relativa autonomização da tecnologia e da ciência etc. - que a marca do parasitismo na economia mundial aparece atenuada e se desenvolve através de zigue-zagues e contradições que traduzem na evolução concreta do sistema a presença destas diversas determinações. Contudo, não se deve concluir disto que o resultado final do conjunto de variáveis que operam no mercado mundial é aleatório ou consiste na soma formal de elementos cuja resultante é teoricamente imprevisível. Os denominados fatores compensadores ou atenuantes não abolem as tendências que marcam

a propensão ou inclinação geral do movimento, tendências estas que, se no plano científico, constituem uma categoria que corresponde ao movimento real, servem para indicar o sentido e a direção geral que este último adota.

Quando se examina a economia mundial no seu conjunto, este ponto de partida metodológico (e é apenas nesta temática que nos concentramos nestas páginas) se revela como fundamental para destacar as tendências que orientam o todo como um conjunto de abstrações reais pertinentes. Na análise do concreto, a avaliação dos diversos períodos e das distintas circunstâncias, é necessário ver a tradução específica dessa totalidade orgânica. Se as crises - e o presente é um momento de crise - podem ser analisadas como a hora da verdade do capital, onde suas contradições tendem a explodir de uma maneira convulsiva, isto não significa que sua real natureza não pode ser percebida em todo seu movimento, cujas sístoles e diástoles pertencem à essência fundamentalmente anárquica da estrutura e superestrutura que sobre ele se levanta e que na época do imperialismo abrange a economia mundial como um todo.

Por isto, e a título de conclusão, vale a pena incluir uma citação que, apesar de extensa, tem a virtude de condensar e articular logicamente alguns dos principais conceitos que aqui tentamos explicitar sobre o conteúdo da economia mundial contemporânea: "o capitalismo surge quando as diferentes partes da humanidade encontram-se em graus distintos de evolução, cada uma das quais contendo profundas contradições internas. A grande variedade de níveis alcançados e a extraordinária desigualdade do ritmo de desenvolvimento das diversas partes da humanidade, no curso dos diferentes períodos, constituem o ponto de partida do capitalismo. Apenas gradualmente domina a desigualdade que herdou, torna-a evidente e a modifica empregando seus próprios métodos e marchando em seus próprios caminhos. Nisto, se distinguindo dos

sistemas econômicos que o precederam, o capitalismo tem a propriedade de tender continuamente à expansão econômica, de penetrar em regiões novas, de vencer as diferenças econômicas, de transformar as economias provinciais e nacionais, fechadas em si mesmas, em um sistema de vasos comunicantes, de aproximar, de igualar o nível econômico e cultural dos países mais avançados e mais atrasados. (...) No entanto, ao aproximar os países e ao igualar o nível de seu desenvolvimento, o capitalismo opera com seus métodos, isto é, com métodos anárquicos, que minam continuamente seu próprio trabalho, opondo um país e um ramo da produção a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, freando ou paralisando outras. Somente a combinação destas duas tendências fundamentais, centrípeta e centrífuga, nivelção e desigualdade, ambas conseqüências da natureza do capitalismo, nos explica o vivo entrelaçamento do processo histórico. (...) A causa da universalidade, da mobilidade, da dispersão do capital financeiro, que penetra em todas as partes, desta força propulsora do imperialismo, isto acentua ainda mais essas duas tendências. O imperialismo une com muito mais rapidez e profundidade em um só os grupos nacionais e continentais; cria entre eles uma dependência vital das mais íntimas; aproxima seus métodos econômicos, suas formas sociais e seus níveis de evolução. Ao mesmo tempo, persegue este "fim", que é seu, por procedimentos tão antagônicos, dando tais saltos, efetuando tais "razzias" nos países e regiões atrasados que ele mesmo perturba a unificação e nivelção da economia mundial, com violências e convulsões que as épocas precedentes não conheceram"<sup>(51)</sup>.

Tal é, como afirma o autor, a abordagem "dialética e não abstrata e mecânica" que pode abrir caminho para a compreensão adequada da economia mundial de nossos dias.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Ver WAGEMAN, Ernst - Estructura y ritmo de la economía mundial. Barcelona, Editorial Labor, 1937, p.225, onde se encontra a descrição aqui indicada.
- (2) DOCKÉS, Pierre - A internacional do capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1976
- (3) MARX, Karl - El capital. México, Siglo XXI Editores, 1977, t.III, vol.6, p.304
- (4) Idem, p.341
- (5) Idem, p.321
- (6) GROSSMANN, Henryk - La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. México, Siglo XXI Editores, 1979, p.269
- (7) Sobre este ponto específico cabe recomendar a análise de ROSDOLSKY, Roman - Genesis y estructura del Capital de Marx. México, Siglo XXI Editores, 1978, p.101-125.
- (8) Cf. MARX, Karl - "Historia crítica de la teoría de la plusvalía". Citado em GROSSMANN, op.cit., p.273
- (9) Ver HILFERDING, Rudolf - "El capital financiero". Citado em GROSSMANN, op.cit., p.274
- (10) Esta questão já foi apontada por BUKHARIN, N. em - O imperialismo e a economia mundial", escrito em 1915. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.
- (11) GROSSMANN, op.cit., p.279
- (12) A definição é de BUKHARIN, op.cit., p.30.
- (13) Ver BUKHARIN, op.cit., capítulo primeiro: "Noção da economia mundial".
- (14) BRAVERMAN, Harry - Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1980
- (15) MARX, K. - O capital, citado por BUKHARIN, op.cit..
- (16) O processo aqui descrito está em BUKHARIN, op.cit., cap. X.



- (17) Idem, p.158
- (18) MARX, Karl, op.cit., t.III, vol.6.
- (19) Citado em SWEEZY, Paul M. - Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.83
- (20) Ver TESTA, Victor - El capital imperialista. Buenos Aires, Editorial Fichas, 1973. Os dois capítulos iniciais deste trabalho serviram de inspiração, em grande medida, para o roteiro do nosso próprio capítulo sobre "monopólio e capital financeiro".
- (21) MARX, Karl, op.cit., t.III, vol.8, p.1094
- (22) HILFERDING, Rudolf, op.cit., p.364.
- (23) BUKHARIN, citado em TESTA, op.cit., p.61
- (24) Ver o que segue em TESTA, op.cit., capítulo "La importancia del capital financiero", pp.73-102, do qual algumas idéias fundamentais são aqui resumidas. Algumas precisões em torno de conceitos (capital-dinheiro e capital a juros, por exemplo) que figuram no texto indicado e mereceriam uma discussão particular, escapam ao alcance de nosso trabalho e não afetam as sugestões incisivas e extremamente proveitosas do livro do autor.
- (25) MARX, K., op.cit., t.III, vol.7, p.770
- (26) Idem, op.cit., t.III, vol.7, p.774
- (27) Idem, op.cit., t.III, vol.7, p.485
- (28) Idem, op.cit., t.III, vol.7, p.702
- (29) Idem, p.97
- (30) Idem, p.109
- (31) Cf. COHEN, Benjamin S. - The question of imperialism. New York, Basic Books Inc.Publishers, 1973
- (32) LENIN - El imperialismo, fase superior del capitalismo. Moscú, Ed. Progreso, 1979, p.97
- (33) LEUCATE, Christian - Internacionalización del capital e imperialismo. Barcelona, Ed. Fontamara, 1978, p.65-66

- (34) LENIN, op.cit., p.98
- (35) Cf. MICHALET, Albert - Le capitalisme mondial. Paris, Presses Universitaires de France, 1976
- (36) Ver LEUCATE, op.cit., p.67
- (37) MARX, K., op.cit., t.III, vol.6, p.330
- (38) MARX, K., op.cit., t.III, vol.6, p.329
- (39) LEVINSON, Charles - Capital inflation and the multinationals. Londres, Edit. Allan and Unwin, 1972, citado em TESTA, op.cit., p.185
- (40) LENIN, op.cit., p.138
- (41) Partes deste capítulo foram desenvolvidas em RIEZNIK, Pablo - "O problema das relações externas: elementos para um debate". São Paulo, CEBRAP, mai.1979, (mimeo).
- (42) MICHALET, op.cit., p.94
- (43) TESTA, op.cit., p.418
- (44) Conforme a observação feita em "Una discusión sobre la revolución brasileña". Lima, Revista Internacionalismo, ago/out.1982, p.24.
- (45) LENIN, op.cit., p.91
- (46) TROTSKY, Leon - La revolución permanente. Barcelona, Editorial Fontamara, 1977
- (47) BUKHARIN, op.cit., p.102
- (48) Cf. TESTA, op.cit., p.289
- (49) BUKHARIN, op.cit., p.102
- (50) TESTA, op.cit., cap.VI
- (51) TROTSKY, Leon - La III Internacional despues de Lenin. Buenos Aires, Ed. El Yunque, 1974

SÉRIE FAC-SÍMILE

- F. 1 - INFLAÇÃO E BALANÇO DE PAGAMENTOS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OPÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Andrê L. Resende e Francisco L. Lopes*. 86 p. (esg.)
- F. 2 - INFLAÇÃO E NÍVEL DE ATIVIDADE NO BRASIL. *Francisco L. Lopes*. 98 p. (esg.)
- F. 3 - ABERTURA FINANCEIRA AO EXTERIOR: PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. *Edmar Lisboa Bacha*. 142 p. (esg.)
- F. 4 - AS CAUSAS DA DIFUSÃO DA POSSE DOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS NO BRASIL. *João L. M. Saboia*. 148 p. (esg.)
- F. 5 - ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA. *Jorge Vianna Monteiro*. 76 p. (esg.)
- F. 6 - ANÁLISE DA VIABILIDADE DE UM ESTUDO SOBRE A MAGNITUDE E O PERFIL DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O BRASIL NO PERÍODO 1873-1932. *Elisa Maria da C. Pereira Reis*. 46 p. (esg.)
- F. 7 - URBANIZAÇÃO E CUSTOS NUMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MINAS GERAIS. *Afrânio Alves de Andrade e Roberto Luiz de Melo Monte-Mór*. 112 p.
- F. 8 - ENERGIA E ECONOMIA: UM MODELO INTEGRADO. *Eduardo Marco Modiano*. 226 p. (esg.)
- F. 9 - SALÁRIOS E EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1970/1976. *Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Paulo Renato Costa Souza*. 198 p. (esg.)
- F.10 - DESEQUILÍBRIO EXTERNO E REORIENTAÇÃO DO CRESCIMENTO E DOS INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE MULTISSETORIAL DAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA. *Rogério L. Furquim Wernéck*. 130 p.
- F.11 - DEMANDA DE FATORES E OFERTAS DE PRODUTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA: SUBSÍDIOS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS. *José Carlos de Souza Santos*. 112 p.
- F.12 - POTENCIAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MANUFATURADOS. *Maurício Barata de Paula Pinto*. 46 p.
- F.13 - ESTRUTURAS INTRA-URBANAS E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO DA CIDADE NA TEORIA ECONÔMICA. *Martim Oscar Smolha*. 353 p. (esg.)
- F.14 - SALÁRIOS MÉDIOS E SALÁRIOS INDIVIDUAIS NO SETOR INDUSTRIAL: UM ESTUDO DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE FIRMAS E ENTRE INDIVÍDUOS. *Raul José Ekerman e Uriel de Magalhães*. 106 p.
- F.15 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL: FIXAÇÃO, VALOR REAL E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL. *João L. M. Saboia*. 106 p.

- F.16 - A ECONOMIA DA ESCRAVIDÃO NAS FAZENDAS DE CAFÉ DE VASSOURAS E CAMPINAS: 1850-1888. *Pedro Carvalho de Mello*. (2 vol.) 204 p.
- F.17 - FONTES ENDÓGENAS DO CRESCIMENTO DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL. *Jorge Vianna Monteiro*. 94 p.
- F.18 - A ECONOMIA MUNDIAL E O BRASIL EM CRISE. *Paul Singer*. 149 p.
- F.19 - ASPECTOS DO COMÉRCIO MUNDIAL NO PÓS-GUERRA. *Gesner José de Oliveira Filho*. 207 p.
- F.20 - A NATUREZA FINANCEIRA DA CRISE E SUAS PERSPECTIVAS. *Monica Baer*. 169 p.
- F.21 - A ECONOMIA MUNDIAL COMO PONTO DE PARTIDA. *Pablo Rieznik*. 43 p.
- F.22 - O ENDIVIDAMENTO EXTERNO DOS PAÍSES ATRASADOS. *Pablo Rieznik*. 60 p.  
(a sair).

A coleção completa das publicações do PNPE pode ser encontrada em quaisquer dos centros de pós-graduação filiados à ANPEC nos seguintes endereços:

1. Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN)  
Universidade Federal do Ceará  
Av. da Universidade, 2700  
60000 - Fortaleza - CE
2. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Rua Curitiba, 832 - 9º andar  
30000 - Belo Horizonte - MG
3. Instituto de Economia (IE)  
Universidade Estadual de Campinas  
Cidade Universitária, Caixa Postal 6110  
13100 - Campinas - SP
4. Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)  
Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 190  
22253 - Rio de Janeiro - RJ
5. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE)  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Av. João Pessoa, 31  
90000 - Porto Alegre - RS
6. Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade de São Paulo  
Cidade Universitária - Caixa Postal 11474  
01000 - São Paulo - SP
7. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)  
Universidade Federal do Pará  
Campus Universitário - Guamã  
66000 - Belém - PA
8. Curso de Mestrado em Economia (CME/PIMES)  
Universidade Federal de Pernambuco  
Cidade Universitária  
50000 - Recife - PE
9. Departamento de Economia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
22453 - Rio de Janeiro - RJ
10. Curso de Mestrado em Economia  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Universidade Federal da Bahia  
Praça 13 de Maio, 6 - 5º andar - Piedade  
40000 - Salvador - BA
11. Departamento de Economia  
Universidade de Brasília  
Campus Universitário  
70910 - Brasília - DF
12. Instituto de Economia Industrial (IEI)  
Faculdade de Economia e Administração  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Pasteur, 250 - Urca - Caixa Postal 56028  
22290 - Rio de Janeiro - RJ

Endereço para correspondência: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA - PNPE  
INPES/IPEA  
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 16º andar  
20020 - Rio de Janeiro - RJ